

METÁFORA¹

Resumo: Este artigo oferece uma panorâmica de várias teorias da metáfora, procurando mostrar que o problema da metáfora está longe de ser uma mera questão de linguagem ou de retórica, relativa à sofisticação ou embelezamento de conteúdos conceptuais previamente definidos. Pelo contrário, aquilo que está em causa na concepção de metáfora são teorias acerca da natureza da linguagem e do pensamento e acerca da natureza do humano enquanto associada à linguagem e ao pensamento.

Introdução

Ao longo dos muitos séculos em que tem vindo a ser tratada como problema, a metáfora foi encarada com diferentes olhares e interesses. Consequentemente, as teorias que a analisam situam-se em âmbitos eles próprios distintos. Encontram-se teorias da metáfora feitas com propósitos linguísticos e estéticos, tendo em mente a composição e recomposição mais ou menos voluntária e artística de palavras e outros materiais simbólicos, teorias feitas com propósitos cognitivos, visando capturar a estrutura do funcionamento (mais ou menos inconsciente) da mente, teorias feitas com propósitos ontológicos, visando a importância da transfiguração ou criação conceptual na constituição do humano, teorias feitas com propósitos

¹ O presente texto nasceu da leccionação do ponto 'Metáfora' na cadeira de Filosofia da Linguagem na FLUP no ano lectivo de 2001-2002, bem como do trabalho realizado por ocasião da tese de Mestrado intitulada '*As Ciências Cognitivas e a Naturalização do Simbólico*' (Lisboa, FCSH-UNL, 1995, Orientador: Professor Doutor Fernando Gil).

de desconstrução, visando revelar decisões arbitrárias ou infundadas na concepção de ‘pensamento’ ou de ‘conceito’, etc. Analisar-se-á em seguida algumas dessas teorias.

1. De Aristóteles à linguística cognitiva, da linguística cognitiva à semiótica e à pragmática.

1.1. Aristóteles

Mesmo por entre a enorme quantidade de propostas, a teoria aristotélica da metáfora, desenvolvida na *Poética* e na *Retórica*, é um ponto de referência histórico incontornável. Segundo U. Eco, «dos milhares e milhares de páginas escritas sobre a metáfora poucas acrescentam alguma coisa aos dois ou três conceitos fundamentais enunciados por Aristóteles»². Aristóteles define ‘metáfora’ como o transporte de um nome de acordo com alguma ‘regra’ ou razão e enumera quatro regras ou razões para esse transporte³. Duas delas (o transporte ‘do género para a espécie’ e o transporte ‘da espécie para o género’) supõem a organização taxinómica das línguas naturais, i.e. uma estrutura de encaixe de classes presente no significado das palavras, no uso comum destas (por exemplo quando se diz ‘homem’ supõe-se o ‘género’ animal ou animado). A terceira e a quarta (respectivamente o transporte ‘da espécie para a espécie’ e o transporte ‘por analogia’) dizem respeito a uma dimensão de semelhança mais complicada.

Aristóteles não apenas apresenta uma hipótese acerca do funcionamento estrutural da linguagem que propicia o surgimento de metáforas como também propõe uma explicação das virtudes cognitivas destas, i.e. dos seus efeitos no espírito de quem as ouve ou produz. Segundo Aristóteles, através das metáforas a alma vê mais e mais longe, as metáforas permitem ver semelhanças (*to homoion theorein*), põem-nas debaixo dos ‘olhos do espírito’, dando a

² ECO 2001: 154.

³ É na *Poética*, XXI, 1457b, que aparece a célebre definição de metáfora: A metáfora (*metaphora*) é o transporte (*epiphora*) para uma coisa de um nome (*onomatos*) que designa uma outra (*allogriou*), sendo o transporte ou do género para a espécie (*apo tou genos epi eidos*), ou da espécie para o género (*apo tou eidos epi to genos*) ou da espécie para a espécie (*apo tou eidous epi eidos*), ou por analogia (*è kata to analogon*).

conhecer verdades, provocando a aprendizagem de coisas novas. Assim e em geral, para Aristóteles, as metáforas são fenómenos nos quais palavras deslocadas do seu âmbito de ocorrência 'próprio' provocam uma iluminação no espírito de alguém, uma compreensão súbita de algo que não seria compreensível de outro modo. Este facto é acompanhado de prazer, o prazer misturado de espanto associado à aprendizagem de algo que era anteriormente desconhecido. Se as metáforas são deslocções ou transportes de palavras, palavras fora do âmbito próprio, é importante notar que essa deslocação de palavras não provoca uma desordenação inteligível mas sim uma nova inteligibilidade e que o fenómeno não se restringe à arte e à eloquência, sendo frequente no uso comum da linguagem. Talvez Aristóteles não formulasse as suas teses exactamente nestes termos, uma vez que é de facto tratando de arte e de persuasão dos espíritos que ele acaba por tratar das metáforas. De facto, a questão das metáforas é de certa forma adjacente e secundária em relação à mimesis e à persuasão, que são os temas centrais da *Poética* e da *Retórica*. Estas por sua vez, não são propriamente a última palavra de Aristóteles quanto à linguagem. Talvez ele preferisse indicar como mais centrais as doutrinas acerca da relação entre linguagem e estados de alma que se encontram no tratado *Acerca da Interpretação*⁴, ou as doutrinas que exploram as relações entre categorias da linguagem e categorias do ser, que se encontram nas *Categorias*, deixando pouco espaço para inserir numa teoria geral da natureza da realidade e da alma as observações certas feitas sobre a metáfora. Noutras palavras, provavelmente, de acordo com o próprio Aristóteles, a serem encontrados na linguagem indícios para uma teoria geral da realidade seria possivelmente numa linguagem mais 'dominada'.

São no entanto as palavras de Aristóteles sobre a metáfora que definem esta para os séculos vindouros e é também nas palavras de

⁴ «A fala é um conjunto de elementos simbolizando os estados de alma, e a escrita é um conjunto de elementos simbolizando a fala. E, assim como os homens não têm todos o mesmo sistema de escrita, eles não falam todos da mesma maneira. No entanto o que a fala significa imediatamente são os estados de alma, que são, esses, idênticos para todos os homens; e o que esses estados de alma representam são as coisas, não menos idênticas para todos», ARISTÓTELES, *Acerca da Interpretação*, I, 16a.

Aristóteles que se encontra um meta-problema da metáfora que perseguirá os autores que se lhe dedicam, e que algumas pessoas (por exemplo Derrida), considerariam como sintoma de algo de mais importante por trás de uma questão que pode parecer ‘meramente linguística’. Acontece que a própria palavra *metaphora* é uma metáfora, um pedido de empréstimo à ordem do movimento e isto parece condenar aquele que procura definir a metáfora a mover-se em círculos, e à ausência de fundamentação. *Phora* é mudança segundo o lugar, e uma metáfora é, assim, literalmente uma palavra fora do lugar. Mas que lugar? Se se considera, como alguns autores (por exemplo G. Vico ou F. Nietzsche⁵) que a linguagem é irredutivelmente, por natureza e originalmente, metafórica, aquilo que se vislumbra é a possibilidade de toda a linguagem estar naturalmente e desde sempre fora do lugar.

Voltando a Aristóteles, tanto na *Poética* como na *Retórica* o tratamento da metáfora surge no âmbito de uma teoria da *lexis* (elocução, estilo). Isto não significa, repita-se, que o discurso metafórico seja excepcional, restringido ao poeta trágico ou ao retórico: segundo Aristóteles «todos usam metáforas na conversação, assim como termos comuns e próprios»⁶. Em suma, todos transportamos palavras. Digamos ‘nomes’, para efeitos de percurso da argumentação de Aristóteles, na medida em que *onoma* (o nome) é o que há de comum à definição de metáfora como *epiphora onomatos*, transporte do nome, e à enumeração das partes da *lexis* (letra, sílaba, conjunção, artigo, nome, verbo, flexão e logos ou proposição). É aliás esta enumeração, e a análise dos elementos enumerados, que precede a definição de metáfora no texto da *Poética*. Aristóteles nota que *onoma* é *phonê semantiké*, som significativo, sem indicação do tempo. É isto que distingue *onoma* de *rhema*, o verbo, no qual existe marca do tempo. Aquilo que é nome opõe-se ainda a *stoikheion*, a letra, som indivisível, e a *asemos*, o que não significa. Mas não são estritamente os nomes ou substantivos que constituem o campo do metaforizável. Nome e verbo, nomeadamente, estão, enquanto sons significativos, dentro do

⁵ Cf. por exemplo Nietzsche: «O que é então a verdade? Uma multidão movente de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos (...) uma soma de relações humanas poeticamente (...) transpostas (...) metáforas usadas que perderam a sua força sensível», (NIETZSCHE 1969, *Le Livre du Philosophe*, p.181-183).

⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III, 1404b.

'limiar semântico', por contraste com as partes antecedentes da *lexis* que são *assemos*, não dotadas de significação. Os fenómenos metafóricos dão-se no interior deste limiar semântico. A ligação da metáfora à *lexis* a partir do nome dá-se da seguinte maneira na *Poética*. Quando Aristóteles pergunta que nomes há, segue-se uma enumeração: há nomes correntes (*kyrion*), estrangeiros, ornatos, inventados, alongados e metáforas. É portanto no núcleo semântico da enunciação ou *lexis* que pode haver metáfora. *Metaphora* é, assim, até agora, algo que acontece aos 'nomes' (no sentido generalizado de sons significativos), que é descrito em termos de um movimento, que transpõe um nome que Aristóteles chama *allotrios* ('estranho', que designa uma outra coisa, de uma forma que é '*para to kyrion*', contra o uso vulgar).

Voltando à definição, vamos seguir uma a uma as espécies do género 'metáfora' enumeradas por Aristóteles. Hoje dir-se-ia talvez que as duas primeiras espécies aristotélicas de metáfora são *sinédoques*, formas de tomar a parte pelo todo ou o todo pela parte, e que a sua explicação é diferente e bem mais simples do que a explicação da metáfora: elas dizem respeito a 'trajectos' no interior de classificações incorporadas e estabelecidas na língua, ao passo que a terceira e quarta espécies podem, elas sim, provocar algum tipo de *insight*, algum abalo cognitivo. A primeira espécie do género metáfora na definição aristotélica é, recorde-se, aquela pela qual se dá à espécie o nome do género. O exemplo de Aristóteles é 'Aqui minha nave se deteve' por 'Aqui minha nave está ancorada' («pois o estar ancorado' é parte do género 'deter-se'»). Para se ter em mente um exemplo mais claro pense-se no uso de 'mortais' por 'homens': sendo homens uma espécie do género mortais, quando se nomeia os 'homens' como 'mortais', está-se a usar o género pela espécie, de uma forma bastante standardizada (é por essa razão aliás que não entendemos 'crocodilos' ou 'aves', ou 'vacas' quando ouvimos dizer 'mortais', mesmo se 'mortais' é género de 'crocodilos' 'aves', 'vacas' e 'homens').

A segunda espécie do género metáfora é aquela pela qual se nomeia o género através do nome da espécie. O exemplo de Aristóteles é 'Milhares e milhares de gloriosos feitos Ulisses levou a cabo', em que 'milhares e milhares' está por 'muitos'. O que importa

⁷ ARISTÓTELES, *Poética*, 1457 b.

notar é que apesar de as duas primeiras espécies de metáfora envolverem movimentos interpretativos de 'sentidos' opostos (ascendente ou descendente na classificação existente na língua, para utilizar uma metáfora...) elas apoiam-se numa mesma estrutura lógica ou semântica que 'naturalmente' organiza as palavras no seu uso comum: a inclusão de classes.

A terceira espécie do género metáfora na definição aristotélica é mais complicada. Trata-se daquela na qual se dá à espécie o nome de uma outra espécie. Os exemplos de Aristóteles são os seguintes: 'Tendo-lhe esgotado a vida com seu bronze' e 'cortando (a água) com o duro bronze'. Aristóteles explica que «No primeiro, o poeta usou, em lugar de 'cortar', 'esgotar', e no segundo, em lugar de 'esgotar', 'cortar', mas ambas as palavras especificam o tirar a vida»⁸. Como nota Eco⁹, esta metáfora parece mais genuinamente metafórica: nela entram em jogo semelhanças e dissemelhanças, fusões de significados, e já não apenas identificações de percursos no seio de géneros e espécies estabelecidos na língua. Neste tipo de metafóras parece que aquele que compreende a metáfora, se é que a compreende, vai necessitar de um termo intermédio, um género de referência que permitirá desambiguar a expressão. Utilizando outros exemplos, de U. Eco, para aquilo a que este último chama a metáfora com três termos, considere-se as expressões (i) 'O dente da montanha' – esta será 'desambiguada' considerando que 'cume' e 'dente' participam do género (o *terceiro* termo) 'forma aguda'; (ii) 'Ela era um junco' (pronunciada acerca de uma donzela) – esta será desambiguada considerando que 'donzela' e 'junco' participam do género 'corpo flexível'¹⁰.

Há novos problemas neste mecanismo. Em primeiro lugar, é preciso definir quais componentes do significado das palavras em jogo sobrevivem e quais devem cair¹¹, e para isso é preciso construir de forma experimental (abduktivamente, dirá Eco, utilizando um conceito de C. S. Peirce explicado mais à frente) uma estrutura de géneros e espécies. Esta estrutura não está claramente presente na

⁸ ARISTÓTELES, *Poética*, 1457 b.

⁹ ECO 2001: 164.

¹⁰ ECO 2001: 165.

¹¹ Eco (ECO 2001) fala aqui de *sememas* (unidades de conteúdo) e *semas* (componentes dessas unidades, traços semânticos, propriedades semânticas).

língua, pelo menos não da mesma forma que as classificações com que os dois primeiros tipos de metáfora jogam. Ela tem que ser colocada como hipótese por quem compreende ou quer compreender metáforas. Eco chama nos seus escritos a essa estrutura de gêneros e espécies uma árvore de Porfírio¹². Uma árvore de Porfírio, considerada de modo puramente formal e deixando em suspenso questões acerca da 'organização do ser' a que naturalmente conduz, é um diagrama de gêneros e espécies, uma classificação, que permite alcançar definições por sucessivos encaixes de espécies em gêneros até se chegar à natureza individual ou substancial (por exemplo o indivíduo Sócrates é 'homem', 'homem' é uma espécie do gênero 'animal', que é uma espécie do gênero 'vivo', que é uma espécie do gênero 'corpo', etc).

Ora, o que está em jogo em algumas metáforas, nomeadamente as que mais 'iluminam', ou ensinam algo de novo, é a construção de uma estrutura de gêneros e espécies de certo modo nova à luz da qual é possível compreender a expressão. Por exemplo, quando um hipotético Romeu diz a uma hipotética Julieta 'Tu és o meu sol!' provavelmente ele não estará a querer dizer que ela é uma esfera de dimensões gigantescas em combustão (i.e. que tanto Julieta como o Sol são instâncias de 'esfera de dimensões gigantescas em combustão'). Isso significa que o jogo de propriedades possibilitado pela nova estrutura classificatória, a qual que permite compreender por exemplo 'Tu és o meu sol', não é uma transferência 'democrática' das propriedades de Julieta para o sol e das propriedades do sol para Julieta, ou, para retomar um exemplo anterior ('Ela era um junco') uma transferências das propriedades da donzela para o junco e do junco para a donzela, o que implicaria que Julieta adquiriria a propriedade de ser uma esfera gigantesca, que o junco adquiriria a propriedade de ser humano e a donzela a propriedade de ser vegetal, etc. O que se passa é antes algo como uma fusão ou intersecção de significados, ou, de acordo com Eco, um vai-vem de propriedades, idêntico ao que Freud, noutro contexto, chamou condensação¹³. Este não é portanto um percurso numa estrutura de inclusão de classes já estabelecida, ou uma aquisição por alguma

¹² O trabalho de Porfírio (235-305), autor da *Isagoge*, que é uma introdução às *Categorias* de Aristóteles, constitui a referência para o problema das categorias e das definições na lógica medieval e é frequentemente retomado por Eco.

¹³ ECO 2001: 166.

coisa de *todas* as propriedades de uma outra coisa mas sim um processo em que duas coisas se tornam diferentes de si mesmas e no entanto reconhecíveis. Em termos psicanalíticos, é uma condensação. A relação entre o processo metafórico ou os mecanismos retóricos em geral e os fenómenos mentais em causa na psicanálise não passou aliás despercebido, e disso constituem por exemplo prova dois célebres textos, respectivamente de R. Jakobson e de J. Lacan, *Two Aspects of Language and Two Types of Aphasic Disturbances* (1956) e *L'instance de la lettre dans l'inconscient* (1957).

Voltando à classificação aristotélica, o que aparenta o terceiro tipo de metáfora com o quarto e diferencia ambos dos dois primeiros, é o facto de estarem em jogo já não apenas percursos entre espécies e géneros, mas semelhanças e oposições e a provocação da imaginação ou figuração de algo de novo, anteriormente não pensado na língua. Aliás, Eco considera que analisando melhor a metáfora de terceira espécie, se verifica que ela põe em jogo não três mas quatro termos, mesmo que esses termos não sejam linguisticamente manifestos (exactamente da mesma forma que a quarta espécie, a metáfora por analogia, que Aristóteles define como uma proporção entre quatro termos, em que A está para B como C está para D)¹⁴. Nos exemplos utilizados, dir-se-ia que o cume está para a montanha, como o dente para a boca, e que a rapariga está para o corpo masculino como o junco para a árvore.

Qual é então o mecanismo da quarta espécie, da metáfora por analogia, aquela que mais se faz apreciar, segundo Aristóteles? Acerca da metáfora por analogia ou por proporção, a metáfora a quatro termos, ouçamos Aristóteles «Digo que há analogia quando o segundo termo está para o primeiro na igual relação em que está o quarto para o terceiro»¹⁵. E na *Retórica* ¹⁶: «Das quatro espécies de metáforas, as que mais se fazem apreciar são as metáforas por analogia. Foi assim que Péricles disse: 'Os jovens que morreram na guerra deixaram um vazio tão sensível na cidade como se do ano se arrancasse a primavera'. Neste caso, os jovens estão para a cidade como a primavera para o ano. Outro exemplo de Aristóteles: a tarde

¹⁴ ECO 2001: 166.

¹⁵ ARISTÓTELES, *Poética*, 1457b.

¹⁶ ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III, 1411 a.

será denominada ‘velhice do dia’, ou, dir-se-á como Empédocles, que a velhice é a ‘tarde da vida’ ou o ‘ocaso da vida’¹⁷. Neste caso a tarde ou o ocaso estão para o dia como a velhice para a vida. Trata-se de um esquema de proporção, de uma espécie de função preenchível por inúmeros termos da língua, que também pode aliás explicar as *catacreses*, i.e. as metáforas mortas, que já não são apercebidas como tal (por exemplo a ‘perna da mesa’ em português: chama-se ‘perna da mesa’ ao x que está para a mesa como uma perna para o corpo humano). Acontece que, sendo essas catacreses explicáveis pelo esquema proporcional do mesmo modo que ‘a velhice que está para a vida como a tarde para o dia’ da metáfora poética, se torna evidente que o que é problemático são os critérios utilizados na construção das árvores de Porfírio. Nomeadamente, a semelhança que ‘faz’ o género, que institui como espécimes ou instâncias desse género os indivíduos a ou b ou c, essa semelhança pode ser muita coisa: pode ser funcional, morfológica, etc. A semelhança é funcional no exemplo da catacrese ‘perna da mesa’ que referi, é morfológica no exemplo da catacrese italiana *collo della botiglia* (pescoço da garrafa) referido por Eco. De qualquer forma, é essa semelhança que é necessário ‘ver’.

Note-se desde já, como afirma P. Ricoeur na *Metáfora Viva*, que a transgressão categorial implicada neste mecanismo é mais do que um desvio-substituição, é uma recategorização, e que é por isso que neste tipo de metáforas há um ‘ensinamento pelo género’, a visão de coisas ainda não vistas, a desordenação de uma classificação estável prévia, o que não acontece nas duas primeiras espécies. Poder-se-ia tomar o mecanismo como ilustrativo da própria origem das classificações ou conceitos, nas línguas e no pensamento: essa origem é uma instituição da mesmidade pela semelhança. Evidentemente como Ricoeur também nota e Derrida considerará especilmemente significativo, a possibilidade dessa ‘metafórica inicial’ operatória na instituição de conceitos de certa forma destrói a boa consciência com que usamos a oposição entre próprio e figurado para falar de metáforas e outras figuras de estilo¹⁸.

A hipótese do agrupamento das metáforas em dois grupos (primeira e segunda espécies por um lado, terceira e quarta por

¹⁷ ARISTÓTELES, *Poética*, 1457a

¹⁸ RICOEUR 1983, DERRIDA 1986.

outro) constitui uma chave para compreender que Aristóteles afirma por um lado 'Basta substituir para ver se é verdadeiro' (*Poética*, 1458b), e que portanto uma simples substituição parafraseável sem problema não constitui 'enigma', e por outro que 'A alma parec(esse) dizer: Como é verdadeiro! Era eu que me enganava!' (*Retórica*, Livro III, XI, 1412a) quando se lhe depara uma boa metáfora. O que acontece é que por um lado temos percursos na inclusão de géneros e espécies inerente ao uso da língua mas sem desordem de classificação, por outro lado temos desordenação provocadora, experimentação sobre a estrutura de géneros e espécies. Repare-se que nas metáforas de desordenação provocatória parece impossível 'calcular', i.e. chegar a um exacto género consensual que possibilite a desambiguação: o processo é, assim, de certa forma irredutivelmente 'aberto'.

Mas porque é que isto acontece? Tomando ainda outro exemplo de Aristóteles na *Poética*, considere-se a expressão 'a taça é o escudo de Diónisos'¹⁹. Antes de mais, a relação entre 'Diónisos' e 'taça' é *metonímica*, i.e. é uma relação de *contiguidade* sujeito / instrumento²⁰, e culturalmente codificada (a taça poderia 'estar para' muitos outros sujeitos, e é aliás perfeitamente possível que um qualquer falante desconheça totalmente que a taça 'está para' Diónisos). O está em jogo é a diferença entre (para usar a terminologia de Eco) propriedades *enciclopédicas* (como 'a Diónisos cabe uma taça') e propriedades *dicionariais* (como 'os homens são mortais', ou 'a rosa é uma flor'). Este é o aspecto que em discussões linguísticas ou semióticas assumem os problemas que em filosofia são frequentemente tratados como problemas acerca do estatuto analítico e sintético dos conhecimentos. No caso em foco, isto significa que não é possível pensar um homem como não-mortal mas é possível pensar Diónisos sem a taça, embora num contexto cultural determinado Diónisos e a taça apareçam naturalmente associados. De um lado temos assim traços ou propriedades semânticas imediatamente, e necessariamente, descritíveis de uma palavra, do

¹⁹ ARISTÓTELES, *Poética*, 1457b.

²⁰ O uso da noção de contiguidade para falar de metonímia tem contornos muito alargados (tanto pode tratar-se de contiguidade espacial, local, como de 'contiguidade' causa/efeito, de objecto/local de origem, etc), sendo portanto razoavelmente vago.

outro lado temos conhecimentos quanto ao contexto (como o facto de Diόνisos costumar ser representado com uma taça).

Como compreendemos então que 'o escudo de Diόνisos' se refira à taça? O que está envolvido é um processo de associações e inferências semelhante ao seguinte. Que deus costuma aparecer com escudo? Ares. E porque é que no exemplo de Aristóteles Diόνisos está em relação com Ares²¹ e não com Atena ou Vulcano? Porque o escudo e a taça, associados a Ares e Diόνisos, são rotundos e côncavos e nessa medida semelhantes; quanto aos próprios deuses, Diόνisos e Ares, o que os une no panteão é sua dissemelhança, a dissemelhança entre o deus da alegria e o deus da morte e da guerra. No exemplo aristotélico está assim presente um jogo de semelhanças e dissemelhanças e é esse jogo que a metáfora põe debaixo dos olhos, faz ver. Mas algo mais se passa, que mostra, segundo Eco, que este tipo de processos ultrapassa o jogo com substâncias apenas verbais: «A metáfora com quatro termos não põe em jogo substâncias apenas verbais. Logo que a proporção se inicia não se pode deixar de ver, e de modo incongruente, Dionísio bebendo num escudo ou Ares defendendo-se com uma taça»²². Em suma, nestas metáforas não há apenas proporcionalidade, há também figuração, pôr em cena (*'Darstellbarkeit'* é um termo freudiano útil para conceber a situação). É nessa medida que a metáfora é aparentada da imagem onírica. Nas metáforas, como nos sonhos, a alma não pensa sem fantasma, não é possível não ver. Se nas duas primeiras espécies de metáfora não se questiona hábitos cognitivos, aqui eles não apenas são questionados como por vezes o são dando origem a 'sobreposições quase visíveis'.

O ponto a que pretendo chegar é o seguinte: na classificação de metáforas que se segue à definição aristotélica estão compreendidos fenómenos diferentes de deslocamento de palavras na língua. A distinção proposta por Eco entre fenómenos de dicionário e de enciclopédia ajuda-nos a esclarecer a diferença. Por serem de direcção dicionarial, as metáforas das duas primeiras espécies só dão a conhecer o que já se conhece, i.e. aquilo que existe virtualmente

²¹ O exemplo de Aristóteles (*Poética*, 1457b) envolve não apenas 'o escudo de Diόνisos' como também 'a taça de Ares' para nomear o escudo (afasto-me aqui da tradução portuguesa).

²² ECO 2001: 169.

no léxico. Por outro lado estão as metáforas que põem debaixo dos olhos semelhanças, que fazem ver e conhecer relações desconhecidas entre as coisas e por isso ensinam e dão prazer, e não são apenas *kosmos*, enfeite e embelezamento, mas clareza e enigma. Essa são de natureza ‘enciclopédica’. Provocam o espanto, que, como afirma Aristóteles, é coisa agradável porque ensina: «O facto de aprender facilmente é agradável para todos; ora as palavras têm sempre uma certa significação e, por conseguinte, todas as palavras que contribuem para nos ensinar qualquer coisa são as mais agradáveis. Mas o sentido das palavras estrangeiras mantem-se obscuro e, por outro lado, o das palavras próprias é coisa conhecida. A metáfora é a que preenche melhor essa função»²³.

Resta saber que semelhanças são essas, ensinadas no enigma. Em que consiste realmente esse ver as semelhanças, *to homoion theorein*, pensar aquilo que é ‘o mesmo’ em coisas ‘afastadas’? O que são essas semelhanças se saber encontrá-las, para fazer enigmas, é, segundo Aristóteles, ‘sinal de dom natural’ (*euphuías te semeion estin*) e se perante esses enigmas o espírito se exalta porque descobriu o contrário daquilo que pensava? Quando as metáforas põem debaixo dos olhos uma analogia, onde estava isso que elas fazem ver?

A partir de uma perspectiva semiótica, U. Eco faz uma sugestão: ele propõe que se considere os exemplos rudes, ou quase incompreensíveis (como o são, aliás, para nós, muitos dos exemplos da *Retórica* e da *Poética*) de metáforas de textos historicamente muito distantes. As proporções não nos parecem nada óbvias, e nós não conseguimos, pelo menos à primeira vista, ‘ver’ nada. Para ilustrar essa rudeza, Eco relembra alguns exemplos do *Cântico dos Cânticos*²⁴: ‘À minha cavalaria te tornarei semelhante, ó minha dilecta’; ‘os teus dentes como rebanhos de ovelhas que saem do banho’, ‘as suas pernas como colunas de mármore’, ‘o teu nariz como a torre do Líbano’. É muito natural que oponhamos resistência a estas metáforas. Por exemplo o rebanho de ovelhas saindo do banho pode ser compreendido como um conjunto de seres barulhentos, sujos e desgarrados, o que não é muito favorável à ‘visão’ dos dentes. Mas ‘adivinha-se’ (infere-se) que Salomão, o poeta

²³ ARISTÓTELES, *Retórica*, Livro III, 1410b.

²⁴ ECO 2001: 176.

bíblico, quis deixar cair, 'escondeu', essas propriedades, segundo U. Eco para conservar a *aequalitas numerosa* (a esplêndida unidade na variedade) e a brancura. E para a beleza da pastora da Palestina, nas suas pernas, das colunas de mármore, ficaram apenas a solidez, a perfeição e a graça esguia e não a natureza cilíndrica e pesada. O que isto significa é que na decifração destes pequenos enigmas distantes se fica a conhecer ao mesmo tempo a ideologia estética do poeta do *Cântico dos Cânticos* e as propriedades da rapariga. Sabe-se portanto mais não apenas sobre a pastora como também sobre o universo intertextual, ideológico, 'enciclopédico'. Se algo a que chamarei por agora trabalho interpretativo (mais à frente procurarei especificá-lo melhor) é requerido é porque a proporção não existe antes da metáfora que a faz ver, e portanto a metáfora tem que ser 'encontrada' por quem a inventa e por quem a interpreta.

Era este fenómeno que Aristóteles visava quando falava do poder cognitivo das metáforas, quando dizia que aprendemos sobretudo com as metáforas não o óbvio, nem o incompreensível mas uma *noção pelo género*. É neste aspecto criador, dinâmico, que Paul Ricoeur tanto insiste na *Metáfora Viva* quando associa metáfora e *mimesis* (imitação): se a metáfora é um fenómeno na *lexis* (enunciação) que é parte da tragédia, e a tragédia é *mimesis physeos*, imitação da realidade 'mais filosófica do que a história'²⁵, a metáfora enquanto, ensinamento pelo género, *age* na redescção mimética, não sendo de forma alguma um mero embelezamento.

1. 2 A linguística cognitiva

Muito mais próxima de nós e talvez trazendo a novidade que séculos e séculos de comentários a Aristóteles não trouxeram, está a teoria da metáfora desenvolvida no âmbito da linguística cognitiva por George Lakoff e Mark Johnson. A teoria da metáfora proposta em *Metaphors We Live By* (1980) é uma teoria cognitiva, i.e. uma teoria acerca da natureza da mente, que pretende opor-se ao 'mito do objectivismo', de acordo com o qual as nossas mentes capturariam um mundo de objectos delimitados com propriedades já fixadas. É preciso recordar aqui que a linguística cognitiva, embora nascendo

²⁵ «Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal e esta o particular», ARISTÓTELES, *Poética*, 1451b.

da discordância relativamente a certos pressupostos da linguística chomskyana, concebe a linguística exactamente da mesma forma que esta, i.e. como uma teoria da mente/cérebro. Quando se estuda a linguagem faz-se assim teoria da cognição, i.e. teoria do processamento de linguagem por agentes cognitivos reais, e não teoria de um *corpus* abstracto exterior de amostras ou espécimes de linguagem, sem qualquer relação com a mente. No entanto, apesar desse parentesco com a linguística chomskyana, a linguística cognitiva rejeita as ideias acerca da natureza da mente a que esta está associada, e que são, de um ponto de vista filosófico, ideias cognitivistas, de acordo com as quais o mental (ou pelo menos o módulo da mente que é a faculdade de linguagem) é um nível funcional simbólico do cérebro, cujo funcionamento é algorítmico, devendo a sua estrutura ser concebida à imagem de um sistema formal. De acordo com uma tal visão da natureza da linguagem, a metáfora seria um acidente com interesse marginal, nada dizendo de importante acerca da natureza da mente. Não é isso que pensam Lakoff e Johnson, que consideram a metaforicidade linguística um mecanismo básico utilizado por agentes reais, para o entendimento da experiência.

A definição de metáfora adoptada por Lakoff e Johnson é a seguinte: *a metáfora permite compreender ou experienciar um género de coisa nos termos de uma outra coisa*. A expressão linguística metafórica permite compreender um determinado aspecto de um conceito nos termos de um outro conceito, necessariamente 'escondendo' outros aspectos. A este processo os autores chamam *highlighting and hiding*, pôr em relevo e esconder. Até aqui nada de fundamentalmente diferente da ideia aristotélica de 'pôr debaixo dos olhos as semelhanças'. É quando se põe a questão da experiência, ou da experiência 'indirectamente' sensorial possibilitada pela metaforicidade linguística, que pode haver algo de novo no estudo de Lakoff e Johnson.

Passemos a uma descrição da teoria. Antes de mais, os autores pensam que a metaforicidade é omnipresente (*pervasive*) e sistemática nas línguas naturais. De um ponto de vista prático, provar a sistematicidade de um conceito metafórico (por exemplo '*Argument is war*'), implica por um lado que a expressão não seja pontual e excepcional (como um fenómeno poético isolado) e por outro lado que a expressão seja empregue como literal, i.e. que ela seja uma expressão convencional não apercebida como metafórica pelo falante. Precisamente, a metaforicidade que interessa Lakoff e

Johnson é 'convencional', não apercebida. Assim, dir-se-á por exemplo que existe no inglês a metáfora '*Argument is War*' enumerando expressões de uso corrente tais como: 'your claims are INDEFENSIBLE' / 'he ATTACKED every point of my argument' / 'he SHOT DOWN my arguments', mesmo que o falante não aperceba tais expressões como metafóricas. Para os autores, não se trata apenas da forma como falamos mas daquilo que pensamos que fazemos: é esse o sentido de 'metaphors we live by', metáforas pelas quais vivemos. No exemplo referido podemos de facto 'ganhar ou perder discussões' (*win or lose an argument*), 'atacar e defender posições' (*attack and defend positions*), 'ganhar ou perder terreno' (*gain and lose ground*).

As metáforas pelas quais vivemos de Lakoff e Johnson não são portanto apercebidas como metafóricas, mas elas não são também as catacreses de que já falei atrás, i.e. metáforas mortas e incorporadas no léxico, ao longo do tempo, como expressões 'literais'. O plano de análise de Lakoff e Johnson é sincrónico, não está em causa uma suposta origem metafórica das línguas que seria por exemplo indiciada pelas catacreses. Aquilo que interessa os autores é a natureza do nível conceptual, sincronicamente considerado, e o processamento de linguagem pelos falantes das línguas naturais. É relativamente a esse 'nível conceptual' que a metaforicidade ominipresente nas línguas naturais fornece provas e as provas irão no sentido de fazer pensar que a mente do falante não corresponde à imagem chomskyana do processador algrítmico de estruturas formais. Aquilo que Lakoff e Johnson pretendem centralmente mostrar no seu estudo é que *o facto de termos corpo não é acidental para a explicação daquilo que é cognitivamente real e faz sentido para o falante*. Pressupondo a definição de significado como conceptualização (i.e. como síntese subjectiva pelo indivíduo que processa cognitivamente uma língua natural)), a proposta de *Metaphors We Live By* é que a natureza de pelo menos determinadas metáforas é explicada pela *preservação* – mediante mapeamento ou projecção (*mapping*) – em domínios linguísticos abstractos de *propriedades perceptivas*, nomeadamente topológicas, espaciais, apercebidas de forma não-linguística. Compreender a experiência através da metáfora é, neste sentido, 'como um sentido', i.e. o entendimento directo propiciado por algumas metáforas lexicalizadas deriva do facto de estas terem na sua origem a projecção de esquemas de imagem sobre o léxico, esquemas de

imagem esses que organizam a ‘conceptualização’, i.e. o entendimento mental, das unidades linguísticas. A omnipresença de metáforas em todas as línguas naturais mostraria assim que o ‘processamento semântico’, envolve algo como representações universais não algorítmicas mas perceptivas. O aspecto mais interessante da proposta de Lakoff & Johnson é portanto a ideia segundo a qual os fenómenos metafóricos evidenciam a ‘incorporação’ da mente, contrariando a tese da natureza modular da linguagem.

Se a tese central de Lakoff e Johnson é que a capacidade de compreender a experiência através da metáfora é como se fosse um sentido, como ver ou tocar, a verdade é que nem todos os exemplos analisados em *Metaphors We Live By* constituem prova dessa tese. As metáforas a que os autores chamam orientacionais e ontológicas são os casos mais claros. Vou dar alguns exemplos. A ideia de metáfora orientacional nomeia a organização semântica de conceitos em termos de relações espaciais básicas. Uma metáfora orientacional ‘dá’ a um conceito uma orientação espacial, devido, segundo os autores, ao facto de termos os corpos que temos, uma vez que só deles pode provir a orientação do espaço, que é orientação do corpo no espaço. Um exemplo deste tipo de metáforas será ‘HAPPY is UP’, instanciada por expressões como ‘I feel UP’ / ‘My spirits ROSE’ / ‘I’m DEPRESSED’ / ‘I FELL into a depression’. Tais metáforas não são arbitrárias, na medida em que têm base na experiência física, de um corpo que se apercebe. Oposições polares como dentro/fora, cima/baixo, frente/trás, central/periférico, perto/longe, activo/ passivo, parecem ser, do mesmo modo, físicas e universais. Isto significa que é de esperar que elas estructurem conceitos em todas as línguas naturais, embora obviamente as metáforas baseadas nessas oposições variem de língua para língua (por exemplo sendo o tempo um conceito a metaforizar, verifica-se que algumas línguas conceptualizam o futuro como estando ‘à nossa frente’ enquanto outras o conceptualizam como estando ‘atrás de nós’).

Consideremos mais alguns exemplos de conceitos estruturados pela oposição polar cima/baixo (UP/DOWN) em inglês²⁶:

1. HAPPY IS UP / SAD IS DOWN (feliz é em cima, triste é em baixo)

²⁶ LAKOFF & JOHNSON 1980: 15-17.

(‘to feel UP’ / ‘to BOOST my spirits’ / ‘my spirits ROSE’ / ‘to be in HIGH spirits’ / ‘to feel DOWN’ / ‘to be real LOW’). Em português existem com o mesmo sentido as expressões ‘estar em baixo’, ‘tudo em cima!’, ‘levantar o moral’, etc

2. CONSCIOUS IS UP / UNCONSCIOUS IS DOWN (consciente é em cima, inconsciente é em baixo)

(‘to get UP’ / ‘I’m UP’ / ‘he RISES’ / ‘to FALL asleep’ / ‘to DROP off to sleep’ / ‘he SANK’)

3. HEALTH AND LIFE ARE UP / SICKNESS AND DEATH ARE DOWN (saúde é em cima, doença e morte são em baixo)

(‘the PEAK of health’ / ‘Lazarus ROSE from the dead’ / ‘to be in TOP shape’ / ‘to FALL ill’ / ‘to come DOWN with the flu’ / ‘to DROP dead’)

4. CONTROL/FORCE IS UP/ SUBJECT TO CONTROL/FORCE IS DOWN (força /controlo é em cima, ser sujeito a força e a controlo é em baixo)

(‘to have control OVER someone’ / ‘to be on TOP of the situation’ / ‘the HEIGHT of power’ / ‘his power ROSE’ / ‘to be UNDER control’ / ‘to FALL from power’)

5. MORE IS UP/LESS IS DOWN (mais é em cima, menos é em baixo)

(‘the number ...is GOING UP’ / ‘a number is HIGH’ / ‘his income ROSE’ / ‘the amount of...is GOING DOWN’ / ‘the number of errors is LOW’ / ‘his income FELL’). Também em português os números, os preços, a inflação, sobem e descem e são altos e baixos.

6. (foreseable) FUTURE IS UP AND AHEAD (o futuro previsível é em cima e à frente)

(‘all UPcoming events’ / ‘What’s UP?’ / ‘I’m afraid of what’s UP AHEAD of us’)

7. GOOD IS UP/ BAD IS DOWN (bom é em cima, mau é em baixo)

(‘things are looking UP’ / ‘things are at an all-time LOW’ / ‘he does HIGH-quality work’). Em português falamos também de alta e baixa qualidade.

8. VIRTUE IS UP/DEPRAVITY IS DOWN (virtude é em cima, depravação é em baixo)

(‘to be HIGH-minded’ / ‘to have HIGH-standards’ / ‘to be UPright’ / ‘anUPstanding citizen’ / ‘LOW trick’ / ‘to STOOP to that’ / ‘something is BENEATH me’ / ‘a LOW-DOWN thing to do’). Em português existe também a expressão ‘descer muito baixo’, ‘ser superior ou inferior’.

9. RATIONAL IS UP/EMOTIONAL IS DOWN (racional é em cima, emocional é em baixo)

(‘the discussion FELL into the emotional level, but I RAISED it back’ / ‘he woudn’t RISE above his emotions’). Em português o ‘nível’ das discussões também pode por exemplo ‘descer’ e ‘subir’.

A espacialização é em muitos casos uma parte tão essencial dos conceitos que é difícil imaginar metáforas alternativas. Mesmo conceitos supostamente ‘puramente intelectuais’, como os conceitos de um teoria científica, são frequentemente baseados em metáforas com bases físicas: os exemplos dos autores são ‘high-energy particles’, ‘high-level functions’, ‘low-level-phonology’²⁷. Curiosamente e dado o estudo de significatividade directa devido ao *mapping*, não são incomuns incoerências entre expressões metafóricas quotidianas. Uma fonte de exemplos é a conceptualização metafórica do tempo em inglês. Existem em inglês duas organizações metafóricas ‘contraditórias’ para tempo. Na primeira o futuro está à frente (*in front*), e o passado atrás (*behind*): são exemplo as expressões ‘the weeks AHEAD of us’ e ‘that’s all BEHIND us now’. Na segunda o futuro está atrás (*behind*), o passado à frente (*in front*): são exemplos as expressões ‘In the FOLLOWING weeks’ (futuro) e ‘in the PRECEDING weeks’ (passado). Estas metáforas podem inclusivamente misturar-se na mesma frase: ‘We’re looking AHEAD to the FOLLOWING weeks’. Também em português temos muito tempo ‘à nossa frente’, e deitamos ‘para trás das costas’ coisas passadas que não desejamos recordar.

Uma outra metáfora para ‘tempo’ em inglês atribui a este uma orientação frente/trás enquanto objecto móvel. Segundo essa

²⁷ LAKOFF & JOHNSON 1980: 19.

metáfora, o tempo move-se em direcção a nós. Daí que se diga 'The time WILL COME when...', 'The time has long since GONE..', 'The time has ARRIVED..' e se use o provérbio 'time FLIES'. Também em português o tempo 'voa', 'chega', 'passa' e as semanas 'vêm'. Como nós estamos a encarar (*facing*) o futuro que vem aí, diz-se: 'COMING up in the weeks AHEAD', 'looking FORWARD to the ARRIVAL of Christmas', 'I can't FACE the future', 'the FACE of things to COME'. Como o tempo futuro está 'facing toward us' (encara-nos, vem em direcção a nós), e os tempos que o seguem, que estão mais longe no futuro, vêm 'depois', 'the weeks to FOLLOW' são o mesmo, ou são coerentes com 'the weeks AHEAD' (aproximadamente traduzido, 'as semanas que se seguem (atrás)' são as semanas que 'vêm aí' (á frente)).

Mas um 'objecto móvel que vem em direcção a nós e que passa por nós' não é a única metáfora para tempo. Se se diz correntemente: 'as we GO THROUGH the years' / 'AS we GO FURTHER in the 80's' / 'We're APPROACHING the end of the year', ou em português, 'estamos a CHEGAR ao fim do ano' trata-se de uma outra organização metafórica. Nesta, é o tempo que está estacionário e somos nós que nos movemos através dele. Para os autores, o segundo caso (em que nós nos movemos ao logo do tempo, que está parado, em direcção ao futuro) e o primeiro (em que o tempo é um objecto móvel que vem em direcção a nós) são dois subcasos de 'TIME PASSES US', o tempo que 'passa por nós' do nosso ponto de vista da frente para trás, ou melhor dito em inglês, 'time goes past us', que não são totalmente consistentes mas se adequam.

'Metáfora ontológica' é o nome dado pelos autores aos casos em que a nossa experiência de objectos físicos como substâncias discretas e permanentes constitui a base do entendimento linguístico. O entendimento linguístico metafórico da experiência em termos de objectos ou substâncias permite-nos escolher partes da experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de tipo uniforme. Uma vez podendo identificar entidades na experiência é possível referir, categorizar e quantificar. De acordo com os autores existe uma metáfora ontológica numa língua quando algo que não é perceptualmente discreto é concebido como sendo discreto, sem que as expressões sejam apercebidas como metafóricas: os exemplos dos autores para o inglês são 'mountains' e 'street corners'. As finalidades humanas tipicamente requerem a imposição de limites que tornam

os 'fenómenos físicos 'discretos como nós' ²⁸. Assim como as experiências básicas com as orientações espaciais do corpo humano dão origem a metáforas orientacionais, as experiências com objectos físicos e especialmente a experiência do nosso corpo como um objecto delimitado e um continente são a base de inúmeras metáforas ontológicas, que permitem a conceptualização de acontecimentos, acções, emoções, ideias, como entidades e substâncias. É então possível referir (por exemplo 'My FEAR OF INSECTS drives me mad' / 'The HONOUR OF OUR COUNTRY is at stake'), quantificar ('so MUCH hatred' / 'too MUCH hostility'), categorizar (por exemplo 'The mind is a machine' / 'The mind is a BRITTLE object' / 'He CRACKED under pressure').

Talvez a metáfora ontológica e orientacional mais central seja a metáfora do Continente (*container*). Como somos seres físicos delimitados do resto do mundo pela superfície da pele, experimentamos o resto do mundo como estando 'fora' de nós. Cada um de nós enquanto corpo, é um continente, com uma superfície delimitadora e uma orientação dentro-fora (*in/out*). Estas características são depois 'projectadas' noutros objectos físicos delimitados por superfícies, ou mesmo não claramente delimitados. Impomos essa orientação ao nosso ambiente, por exemplo a áreas: relativamente a uma clareira (*clearing*) ou um bosque (*woods*) dizemos que estamos dentro ou fora, relativamente a uma região delimitada como um continente diz-se que algo está dentro ou fora (por exemplo: 'There's a lot of land IN Texas' ²⁹). O campo visual é também conceptualizado como um continente, aquilo que vemos está *dentro* dele. São disso exemplo expressões como 'coming INTO view' / 'being OUT of sight' / 'IN...sight'. Também em português algo está 'dentro' ou 'fora' do nosso campo visual. Também para conceptualizar e referir acontecimentos, acções, actividades, estados,

²⁸ «Understanding our experience in terms of objects and substances allows us to pick out part of our experience and treat them as discrete entities or substances of a uniform kind (...) human purposes typically require us to impose artificial boundaries that make physical phenomena discrete just as we are: entities bounded by a surface», LAKOFF & JOHNSON 1980: 25.

²⁹ «We are physical beings, bounded and set off from the rest of the world by the surface of our skins, and we experience the rest of the world as outside us. Each of us is a container, with a bounding surface and an in-out orientation. (...) «We impose this orientation on our environment as well», LAKOFF & JOHNSON 1980: 29.

existem no inglês metáforas ontológicas, na medida em que acções, eventos e estados têm um 'dentro' e um 'fora', como atestam as expressões 'Are you IN the race?' / 'to be IN love' / 'to be OUT of trouble' / 'to come OUT of coma'.

Metáforas para processos mentais são usualmente casos interessantes nas línguas naturais. Lakoff e Johnson analisam por exemplo a especificação do conceito 'rational argument' (discussão racional, argumentação) através de três metáforas no inglês:

1. 'An argument is a journey' (Uma argumentação é uma deslocação, um caminho)
2. 'An argument is a container' (Uma argumentação é um continente)
3. 'An argument is a building' (Uma argumentação é uma construção)

Quanto ao primeiro caso, 'journey' (trajecto, uma deslocação) tem um fim (goal) um princípio, e uma progressão em etapas até esse fim. Metafóricamente, (e correntemente), falando de 'rational argument', dir-se-á: 'We have SET OUT to prove that..' / 'When we GO TO THE NEXT POINT' / 'SO FAR, we've seen that' / 'We will PROCEED' / 'Our GOAL is to show' / 'this observation POINTS THE WAY to a solution' / 'We have ARRIVED at a disturbing conclusion'. E como 'journey' define um dado trajecto quanto ao qual pode haver desvios dir-se-á: 'He STRAYED from the line of argument' / 'Do you FOLLOW my argument?' / 'I'm LOST' / 'We're GOING AROUND IN CIRCLES'. Também em português, falando de 'argumentações' ou demonstrações verbais, são correntes as seguintes expressões metafóricas lexicalizadas: 'Estás a DESVIAR-TE' / 'Estás a SEGUIR a minha explicação?' / 'PERDI-ME: não sei como se CHEGOU aí'. Como 'journey' define uma deslocação numa superfície, dir-se-á ainda: 'WE have COVERED all those points' / 'Let's GO BACK OVER the argument again' / 'We are ON OUR WAY to solving this problem'. Todos estes casos, que especificam os traços (objectivo, direcção, progressão) de 'rational argument', são casos da metáfora '*An argument is a journey*', sendo o conceito em causa, o conceito de argumentação ou discussão, estruturado com base nas características de 'journey'.

A segunda metáfora que define o conceito de 'rational argument' é a metáfora 'Uma argumentação é um continente'/'An argument is a container' que tem como instâncias: 'your argument doesn't have

MUCH CONTENT' / 'Your argument HAS HOLES in it' / 'Your argument is VACUOUS' / 'I'm tired of your EMPTY arguments' / 'His objections have even LESS SUBSTANCE' / 'You won't FIND that idea IN his argument' / 'The conclusion FALLS OUT of my argument'. Estas duas metáforas, que 'iluminam' (*highlight*) diferentes aspectos do mesmo conceito, são, segundo Lakoff e Johnson, coerentes entre si, e a sobreposição das suas implicações não produz propriamente contradições, embora não se possa dizer que existe uma única imagem concreta correspondente a ambas.

Uma terceira metáfora é '*An argument is a building*' de que são casos: 'If you don't SUPPORT your argument, it will COLLAPSE' / 'He is trying to BUTTRESS his argument, but it is so SHAKY, that it will easily FALL APART' / 'With the GROUNDWORK you've got, you can CONSTRUCT a pretty STRONG argument' / 'That is the FOUNDATION of the argument' / 'So far we have put together only the FRAMEWORK of the theory' / 'They EXPLODED his last theory'. Não é preciso procurar muito para encontrar em línguas variadas a metáfora dos 'fundamentos' de uma teoria. E em termos de língua natural no seu uso comum, também em português também os argumentos e as teorias 'caem pela base'.

Instâncias das três metáforas para o mesmo conceito podem aparecer na mesma frase, como prova de que esta metaforização convencional não é conscientemente apercebida pelo falante (supondo que incoerências patentes seriam corrigidas): 'So FAR, we have CONSTRUCTED the CORE of our argument' (Até aqui construímos o núcleo da nossa argumentação). De resto, é duvidoso que questões relativas a coerência e contradições devam pôr-se relativamente ao nível sub-doxástico da organização semântica das línguas naturais (tais questões também não se põem relativamente ao funcionamento sintáctico, por exemplo, na medida em que este é considerado como objecto de processamento inconsciente).

Continuando com a conceptualização de processos mentais no inglês, talvez uma das metáforas mais frequentes na língua (e não unicamente no inglês) seja 'Understanding is seeing' / 'compreender é ver'. São exemplos as expressões 'I SEE what you are saying' / 'It LOOKS different from my POINT OF VIEW' / 'I VIEW it differently' / 'I've got THE WHOLE PICTURE' / 'That's an INSIGHTFUL idea' / 'That's a BRILLIANT remark' / 'The argument is CLEAR' / 'It was a MURKY discussion' / 'Could you ELUCIDATE...?' / 'It's a TRANSPARENT argument' / 'The discussion was OPAQUE'.

Outro exemplo especialmente relevante é o da linguagem acerca da linguagem. No inglês, a linguagem é conceptualizada nos termos da metáfora da CONDUTA envolvendo:

'Ideas (or meanings) are OBJECTS' (Ideias ou significados são objectos)

'(linguistic) Expressions are CONTAINERS' (Expressões linguísticas são continentes)

'Communication is SENDING' (Comunicar é mandar, enviar).

De acordo com a recolha dos autores, mais de cem expressões lexicalizadas em inglês documentam esta metáfora: por exemplo 'to get that idea ACROSS to him' / 'to GIVE an idea' / 'to PUT INTO words' / 'to PACK INTO words' / 'to STUFF INTO words' / 'HOLLOW words' / 'words that CARRY..'). Estas expressões representam, de forma estimativa, 70% das expressões utilizadas em inglês para falar sobre a linguagem³⁰ e mostram uma conceptualização da significação segundo a qual as palavras são objectos que contêm ou não contêm significados e que têm uma existência independente de utentes e contextos.

Em suma, a pretensão geral dos autores, relativamente aos exemplos que foram dados é que a metaforicidade é omnipresente nas línguas naturais e que esse facto se relaciona com o estatuto de significatividade directa que pelo menos certas metáforas 'transpõem' para a língua, por *mapping*, a partir da experiência corpórea e sensorial. Essa tese permite aos autores prever que se encontrará facilmente no sistema conceptual de qualquer língua natural esquemas de imagem cujo mapeamento metafórico em domínios abstractos implica algo a que poderíamos chamar a '*gramaticalização da experiência do corpo no espaço*'.

Se há algo de original no tratamento da metáfora por Lakoff e Johnson é, assim, o facto de os autores defenderem que os fenómenos metafóricos omnipresentes nas línguas naturais constituem uma prova da não clausura, isolamento ou modularidade de um nível de processamento de linguagem algorítmico, simbólico. A análise das metáforas por Lakoff e Johnson que acabei de apresentar, sendo 'cognitiva', situa-se evidentemente abaixo da consciência e intenção dos utentes das línguas naturais, dizendo

³⁰ LAKOFF & JOHNSON 1980: 10.

respeito, da mesma forma que as teorias chomskyanas da gramática a que de resto se opõe, a condições de possibilidade do entendimento linguístico determinadas por organizações cognitivas neuronais.

1.3 Mas serão todas as metáforas fenómenos cognitivos de ‘sensorialização’?

Será sempre necessário evocar, como o fazem Lakoff e Johnson, a percepção e a propriocepção para compreender a difusão da metaforicidade na linguagem quotidiana? Não bastará, para compreender o mecanismo metafórico, falar de relações entre signos, de uma forma auto-contida, sem envolver questões cognitivas ou arquiteturas cerebrais inatas? Essa é, pelo menos à partida, a intenção de teorias puramente semióticas ou pragmáticas, que não procuram avançar hipóteses acerca da natureza da mente real, biológica, que faz e compreende metáforas, mas apenas explicar regras e mecanismos de produção e decifração. Considerarei como exemplos as propostas de U. Eco, J. Searle e D. Davidson. Como afirmei, o que estes autores visam é a descrição dos processos, deixando de fora o entendimento, ou conceptualização ou síntese subjectiva de linguagem, que era em última análise o objecto de Lakoff e Johnson. O que é que tem que acontecer para haver compreensão de uma metáfora? Na resposta a esta questão autores como Eco, Searle e Davidson podem até aproximar-se, pelo menos em alguns pontos. No entanto, com a exposição das suas análises, que levarei a cabo em seguida, novos problemas acerca da natureza da linguagem são inevitavelmente trazidos à luz. Um deles é o seguinte. Suponha-se que a intenção é descrever os mecanismos. Mas esses mecanismos serão *agenciados* pelos falantes ou não? Será necessário que uma metáfora seja um *fenómeno intencional* por parte do falante/ouvinte?

1.3.1 Umberto Eco.

Eco aborda o processo de compreensão da metáfora a partir de três conceitos do filósofo pragmatista americano C. S. Peirce (1839-1914): *semiose* (que é para C. S. Peirce, uma acção ou influência que envolve a cooperação de três elementos, um sinal, o seu objecto e o seu interpretante, não sendo em caso nenhum esta influência

tripartida resolúvel numa influência bilateral), *interpretante* (definido como função s gnica que descreve o cont duo de outra fun o s gnica) e *abdu o* (definida como o tipo de inferência em que não há regra prévia, logo não   automática como uma dedu o – a abdu o consiste antes em fazer a hipótese de uma lei como quadro de referência que permitiria explicar o fenómeno curioso em causa, sendo depois possível proceder por verifica o). A metáfora   definida neste quadro como *um fenómeno de enciclopédia no quadro da semiose ilimitada*³¹, *envolvendo um processo de abdu o*.

De acordo com U. Eco, para compreender o que permite desambiguar (compreender, capturar) uma expressão metafórica   necessário começar por considerar no processo semiótico em geral e em particular na decomposi o semântica (i.e. na análise dos componentes do significado das palavras) os já atrás referidos fenómenos de *dicionário* e *enciclopédia*³². Recorde-se que com esses termos Eco pretende nomear antes de mais a diferença entre duas formas de ‘análise semântica’: de um lado temos traços ou propriedades semânticas imediatamente, e necessariamente, descritíveis de uma determinada palavra, do outro lado temos descri oes dependentes de conhecimentos quanto ao contexto. Assim, ao contrário, por exemplo, do tipo de figuras classificáveis como sinédoques, que operam as substitui oes parte/todo em causa com base no cont duo conceptual imediatamente descritível de uma palavra e portanto são ‘fenómenos de dicionário’, as metáforas envolvem fenómenos de enciclopédia. Isto significa que, de acordo com Eco, a aparentemente simples e imediata compreensão de uma metáfora, o *insight* súbito provocado,   apenas a superfície de um processo semiótico complexo. A compreensão de metáforas envolve processos ‘subdox sticos’, não conscientes nem voluntários, que exploram a organiza o semântica das unidades semióticas no quadro da semiose ilimitada e inferências de tipo abdu ivo. As metáforas assim entendidas não são portanto (ou pelo menos não são necessariamente) fenómenos intencionais, volunt riamente provocados pelos falantes das línguas naturais, antes resultam da

³¹ Entenda-se por *semiose ilimitada* (i) o facto de o processo da interpreta o dos signos ser ilimitado e (ii) não se restringir a signos verbais.

³² Cf. ECO 2001, Capítulo 2, Dicionário versus Enciclopédia. A distin o não pode obviamente ser considerada absoluta mas   um bom ponto de partida.

conjunção entre a natureza do texto, o conjunto de signos com que alguém se depara, e a estrutura da enciclopédia, i.e. a rede total de conhecimentos, dessa pessoa. Elas são assim fenómenos pragmáticos, de contexto. Isto significa também que é perfeitamente possível que aconteçam metáforas inintencionadas, que podem vir como uma surpresa mesmo para quem as pronuncia (por exemplo um lapso no sentido psicanalítico tem frequentemente esta estrutura).

Para Eco, na semiose ilimitada, ou interpretação ilimitada, cada signo, linguístico ou não, é definido por outros signos, linguísticos ou não, os seus interpretantes. Neste quadro é possível definir em termos estritamente semióticos o conceito de *similaridade entre propriedades semânticas*: a similaridade entre propriedades semânticas é o facto de, num dado sistema de conteúdo, essas propriedades serem nomeadas através do mesmo interpretante, seja este verbal ou não. De acordo com tal definição, a semelhança é independente do facto de os objectos semelhantes apresentarem por exemplo similaridades perceptivas. Esta é uma interpretação possível do *to homoion theorein* aristotélico. Retomando o exemplo bíblico já analisado atrás, para os dentes da rapariga do *Cântico dos Cânticos* serem semelhantes às ovelhas basta que numa dada cultura se use o interpretante 'branco' para designar a cor dos dentes e a cor das ovelhas. A sugestão de Eco quanto ao mecanismo metafórico envolve então (i) uma proposta acerca de análise semântica, que põe pelo menos inicialmente em relevo a diferença entre fenómenos de dicionário e de enciclopédia, (ii) uma definição semiótica de similaridade, (iii) um processo de inferência, a abdução, (iv) considerações pragmáticas. A perspectiva semiótica da metáfora que se esboça com base nestes elementos sublinhará a inexistência de 'elementos simples' na significação, o carácter ilusório da ideia de análise dicionarial finita das unidades de significação e o carácter ilimitado da interpretação.

Vejam alguns exemplos. Antes de mais, há que abordar a representação semântica dos elementos em causa. É preciso extrair, na linguagem de Eco, os *semas*, ou componentes de significado, dos *sememas* ou unidades de significado, de modo a poder fazer hipóteses, i.e. abduzir, acerca de quais semas devem estar contextualmente presentes. Para isso é necessário (i) *construir uma (tentativa de) representação componencial do semema*

*metaforizante, pondo em relevo propriedades que o contexto sugeriu como relevantes*³³. Sabendo que os laços estabelecidos pelas metáforas são ‘fenómenos de enciclopédia’ tem-se o problema de a representação da enciclopédia ser potencialmente infinita. É necessária pois uma qualquer proposta prática de selecção da ‘porção’ da enciclopédia em causa, e a proposta de U. Eco é tratar a representação enciclopédica nos termos da Semântica Casual (um tipo de análise semântica que tem sido aplicada a verbos, mas que segundo Eco pode ser generalizada). Assim e relativamente a um dado termo considerar-se-á por exemplo o Sujeito Agente, o Objecto sobre o qual é exercida a acção, o Contra-Agente que eventualmente se opõe, o Instrumento usado pelo agente, o Propósito da acção. Uma representação semântica de um substantivo poderá também, segundo Eco, com vantagens práticas, ser feita nos termos das quatro causas aristotélicas, chamadas Forma, Agente, Matéria e Fim ou Propósito. Um substantivo /x/ será representado como: /x/ F (aspecto de x) A (que produz x) M (de que é feito x) P (para que serve x). Mais à frente dar-se-á um exemplo deste tipo de análise.

Após a representação componencial do semema metaforizante (a que Eco também chama *veículo*) é necessário (ii) *encontrar na enciclopédia ‘um outro semema que possua um ou mais dos mesmos semas e ao mesmo tempo outros semas interessantes*³⁴. Serão assim encontrados, por abdução, candidatos ao papel de sememas metaforizados (a que Eco chama também *teor*). Existirão provavelmente vários candidatos, resultantes de abduções com base em indícios contextuais. Em seguida deve-se (iii) *seleccionar ‘um ou mais destes semas diversos e construir com eles uma árvore de Porfírio, i.e. uma classificação de géneros e espécies, tal que os termos metaforizante e metaforizado se conjuguem num nó superior (i.e. sejam ‘o mesmo’ mais acima na árvore).*

Um dos exemplos dados por Eco do trabalho de desambiguação de uma metáfora é o de um *kenning* (enigma, adivinha) islandês, que vai buscar à *História da Eternidade* de J.L.Borges. A expressão é ‘A casa dos pássaros’. Depois de já efectuadas certas hipóteses para a individuação de semas pertinentes, estabelecendo por exemplo que a Matéria será considerada dentro de uma lógica dos quatro elementos e o Agente na alternativa natureza/cultura, e depois de

³³ ECO 2001: 204.

³⁴ ECO 2001: 204.

feita uma hipótese quanto ao semema metaforizado, obtem-se as seguintes representações:

/CASA/ F rectangular, fechada, coberta
A cultura
M terra (orgânico)
P proteger

/PÁSSAROS/ F alados
A natureza
M terra (orgânico)
P voar no ar

/AR/ F informe, aberto
A natureza
M ar
P não protecção

Os processos subjacentes à desambiguação terão sido algo de semelhante ao seguinte. Pergunta-se qual é o território dos pássaros, qual é o dos homens. Obtem-se que uns vivem em território aberto, outros em território fechado. Obtem-se então que os pássaros 'habitam' no AR, e isto cria a 'condensação'. Se se sobrepuserem *frames* ou *scenes* (esquemas de organização da enciclopédia em cenários, que conferem a esta uma estrutura³⁵) obtem-se também por exemplo o seguinte: 'se um homem é ameaçado, o que é que faz? Refugia-se em casa. E um pássaro? Refugia-se no ar'. O ar, que

³⁵ Se o universo da enciclopédia é tão vasto como a hipótese da semiose ilimitada postula, a activação de uma dada porção da enciclopédia dá-se sob pressão contextual. Os linguistas têm baptizado essa pressão contextual como tema, *topic*, *frames*, cenas intertextuais, etc. Todos esses conceitos pertencem a teorias da semântica textual nas quais se trata de estabelecer de que coisa se está a falar, a que propósito, com que fim, o que determinará quais semas devem estar contextualmente presentes. Repita-se que é à suposição de quais semas devem estar contextualmente presentes que Eco chama, seguindo Peirce, abdução. Mais concretamente: aquilo que de acordo com Aristóteles *conhecemos pelo género* quando compreendemos uma metáfora por analogia, uma metáfora da quarta espécie, tem que ser *abduzido*. Por exemplo em 'a velhice é como o restolho' é preciso abduzir o género /estar murcho/. Ambos estão murchos (a velhice, o restolho) e é isso que ficamos a conhecer pela metáfora.

parecia ser lugar de ameaças, ventos, tempestade, torna-se lugar de abrigo para alguns seres, tal como a casa o é para os homens. Mas a metáfora é aberta: é possível percorrer indefinidamente a semiose e encontrar unificações em vários nós de várias árvores de Porfírio, construídas para produzir uma interpretação. Onde fica a proporção ou analogia aristotélica nesta explicação semiótica da metáfora? É possível dizer que o ar está para os pássaros como a casa está para os homens, mas é importante ter consciência de que o esquema proporcional aparece apenas como resultado final da interpretação, da procura abduativa do género.

Embora seja impossível distinguir a partir desta proposta uma metáfora bela de uma menos bela, é certamente possível ter uma ideia daquilo em que consiste o conhecimento a mais trazido pelas metáforas. É também possível ter uma ideia daquilo que distingue 'metáforas abertas' (como a metáfora shakespeariana '*Time is a beggar*' ou a metáfora elliotiana '*I will show you fear in a handful of dust*') de metáforas 'fechadas'. Uma metáfora 'aberta' permite viajar ao longo da semiose, conhecer os labirintos da enciclopédia. No decurso dessa 'viagem', os termos enriquecem-se de propriedades antes não reconhecidas na enciclopédia do falante/ouvinte.

Resumindo e recapitulando, em termos semióticos o que se pode explicitar como regra de interpretação de um fenómeno metafórico é o seguinte: é necessário partir do princípio de que é possível construir representações semânticas componenciais de termos ou unidades semióticas, atribuindo-lhes as propriedades que o contexto sugere como pertinentes. É em seguida necessário individuar abdutivamente termos que funcionem como metaforizados relativamente aos termos explicitamente presentes. É possível que existam muitos candidatos. Se se individuarem então nesses termos candidatos e nos termos explicitamente presentes propriedades pertinentes e opostas, com base no contexto, poder-se-à tentar a construção de uma árvore de Porfírio na qual metaforizante e metaforizado se unem num nó superior, diferenciando-se em nós inferiores. De acordo com a teoria de Eco, o sucesso de uma metáfora é evidentemente função do formato sócio-cultural da enciclopédia, i.e. das crenças de quem a produz e interpreta, logo, não existe nem pode existir algoritmo para a metáfora³⁶, ela não depende apenas de produções ou arranjos dos signos eles próprios

³⁶ ECO 2001: 208.

mas também das situações. O seu sucesso ou insucesso é uma questão pragmática. Esta explicação da metáfora não exclui que se possam dar metáforas 'novas', nunca ouvidas, fenómenos aurorais como lhes chama U. Eco³⁷, ou, também, ouvidas (neste momento, por este sujeito que interpreta) como se fossem nunca ouvidas, o que pode acontecer por exemplo com doentes psicóticos, ou com quem aprende uma língua estrangeira. Sendo as metáforas fenómenos pragmáticos, existem contextos capazes de repropôr como novas metáforas 'gastas': em contextos estéticos por exemplo, e fazendo transições entre aquilo a que Eco chama 'diferentes substâncias semióticas', como substâncias verbais e pictóricas, isso é relativamente frequente (num exemplo de Eco, é possível dizer que num retrato de mulher de Modigliani a metáfora verbal 'pescoço de cisne' é reinventada).

Para os nossos propósitos é importante notar que mesmo defendendo que é impossível fazer uma teoria generativa explícita das metáforas, devido ao teor pragmático e ao carácter ilimitado da semiose, Eco esboça de facto *regras* que regem os fenómenos metafóricos e que permitem compreendê-los. As regras propostas mostrar-nos-ão evidentemente melhor ou pior, mais os menos facilmente, o que está em causa em determinada metáfora conforme se trate de metáforas abertas (como as metáforas shakespeareana '*Time is a beggar*' ou elliotianas, '*April is the cruellest month*' ou '*I will show you fear in a handful of dust*'), fechadas (*És um porco*) ou mesmo mortas (como as catacrese '*a perna da mesa*' ou as '*costas da cadeira*'). Finalmente a teoria proposta por Eco permite pensar que o potencial cognitivo das metáforas, aquilo que elas ensinam, está ligado aos percursos que elas provocam na enciclopédia, na totalidade dos conhecimentos de quem as compreende, traçando *links* e portanto permitindo conhecer melhor essa enciclopédia. Evidentemente toda a teoria recai sobre a utilização da problemática distinção entre enciclopédia e dicionário para tratar fenómenos semânticos, e é conveniente não esquecer que, de acordo com o próprio Eco, o segundo acaba por não ser senão um 'artifício de economia meta-linguística' no seio da primeira³⁸.

³⁷ ECO 2001: 209.

³⁸ Inevitavelmente se observará que se a enciclopédia fosse suficientemente vasta não haveria lugar para diferenças entre fenómenos de dicionário e de

1.3.2 John Searle

No artigo *Metaphor*, em *Expression and Meaning* (1979), J. Searle procura, como U. Eco, explicar a produção e compreensão de metáforas propondo regras, embora o faça não no quadro dos estudos semióticos mas no quadro da teoria dos actos de fala. No entanto, as descrições de Searle e Eco não são assim tão diferentes. Aquilo que em ambas ressalta antes de mais é o aspecto pragmático do fenómeno metafórico. Mas se o aspecto pragmático era reportado na análise de Eco, à noção de enciclopédia (sob pressão de um dado contexto, uma dada porção da enciclopédia de alguém é ‘activada’, determinando que semas devem estar presentes numa dada interpretação de signos), Searle visa mais directamente as intenções do falante, definindo o significado metafórico como *speaker’s meaning*, aquilo que o enunciador quer-dizer com a enunciação³⁹. De acordo com Searle, para que uma metáfora ‘aconteça’ tem que se passar algo de semelhante ao seguinte: uma enunciação é produzida e alguém, por hipótese um ouvinte, utiliza um raciocínio griceano para determinar o que o produtor da enunciação quis-dizer. A explicação do funcionamento das metáforas é assim um caso especial da explicação da divergência entre *speaker’s meaning* e significado de palavra (*word or sentence meaning*) numa enunciação (como o caso em que alguém diz ironicamente: «És uma inteligência» com a intenção de denegrir as faculdades mentais do interlocutor).

Grande parte da tarefa da teoria da metáfora consiste então, para Searle, em explicitar os princípios que relacionam o significado literal das frases com o significado metafórico. O processo interpretativo descrito é o seguinte. O que é que faz o ouvinte-que-compreende-uma-metáfora? Segundo Searle, dá 3 passos⁴⁰ depois de ‘ouvir’ a

enciclopédia. Mas embora a ‘enciclopédia’ seja um postulado semiótico, identificável como o conjunto de todas as interpretações (ECO 2001: 122), o facto é que nenhuma enciclopédia é assim exhaustiva. Toda a enciclopédia é construída pouco a pouco, em condições da interpretação ilimitada. Aliás, é também para isso que servem as metáforas.

³⁹ Traduzo *utterance* por enunciação e uso “querer-dizer” para traduzir *to mean*. De acordo com a análise que P. Grice oferece da noção de significado (*meaning*), dizer que A quis-dizer alguma coisa (*meant something*) com x é dizer que A tem a intenção de que a enunciação de x produza algum efeito numa audiência pelo reconhecimento da sua intenção.

enunciação em causa: (1) antes de mais determina se deve ou não procurar uma interpretação não literal da enunciação; (2) se decide procurar uma interpretação metafórica necessita de mobilizar estratégias para gerar *speaker's meanings* possíveis; (3) utilizará depois outros princípios ou estratégias para identificar quais de entre os significados gerados no passo 2 estão em jogo na ocasião particular.

Relativamente ao primeiro passo, não é simples decidir que características tornam uma enunciação propícia a uma interpretação não literal. Pensando em termos griceanos, pareceria que se deve procurar um carácter de alguma forma defeituoso (*defective*) numa enunciação para lhe atribuir um *speaker's meaning* afastado do literal. Mas não é possível evocar algo como por exemplo a falsidade ou o carácter de outra forma 'defeituoso' em absoluto, impossibilitador de uma interpretação literal, das enunciações metafóricas: os contextos são decisivos, e em certos contextos (o exemplo de Searle é 'quando lemos os poetas Românticos') andamos mesmo à procura de metáforas.

Quanto ao segundo passo, Searle sugere várias regras e uma grande parte do artigo *Metaphor* é ocupada com a proposta de oito princípios de geração de uma interpretação de uma expressão que se determinou ser metafórica. Searle coloca o problema da seguinte forma⁴¹: *como será possível o falante dizer metaforicamente 'S é P' e querer-dizer 'S é R', quando P pura e simplesmente não significa R?* Algumas hipóteses de Princípios pelos quais P pode 'trazer á mente' R são: «Princípio 1: Coisas que são P são por definição R. Normalmente, se a metáfora funciona, R será uma das características salientes de P». Um exemplo de Searle é a enunciação de 'Sam é um gigante' querendo-dizer 'Sam é muito grande'. Ou o «Princípio 3. Diz-se ou acredita-se frequentemente de coisas que são P que elas são R, embora ambos o falante e o ouvinte possam saber que R é falso de P». O exemplo de Searle é: 'Richard é um gorila', enunciado querendo-dizer 'Richard é mau, propenso à violência, etc'. Ou o mais

⁴⁰ A proposta é paralela àquela que Searle faz quanto a actos de fala indirectos (*implicature*, ironia). Searle dedica-se aliás a distinguir a metáfora de outros actos de fala indirectos, argumentando que noutro tipo de actos de fala indirectos que não as metáforas o falante quer-dizer o que diz e além disso o que as palavras que diz dizem.

⁴¹ SEARLE 1979: 103.

interessante princípio, segundo Searle, o «Princípio 4. Coisas que são P não são R, nem são como as coisas que são R; no entanto é um facto acerca da nossa sensibilidade, cultural ou naturalmente determinada, que nós simplesmente percebemos uma conexão, de modo que P é associado nas nossas mentes com propriedades R»⁴². Os exemplos de Searle são 'Sally é um bloco de gelo', 'Mary é doce', 'John é amargo'.

Quanto ao terceiro passo, é preciso decidir quão provável ou possível num dado contexto é cada candidato a 'significado metafórico' (por exemplo num caso em que um Romeu diz a uma Julieta 'Tu és o meu sol' não é provável que Julieta seja uma bola gigante de gás, a uma grande distância da Terra). Essencial neste passo é considerar o que só possíveis valores de R que determinam possíveis valores de S podem ser valores de R no caso em consideração.

Aquilo que a tese de Searle envolve, para além da proposta de regras ou princípios, pode ser posto em relevo se a compararmos com a proposta de Davidson, que descrevo em seguida. Antes de mais Searle pensa, ao contrário de Davidson, que as enunciações metafóricas constituem genuína comunicação linguística e não mera causação. Além disso, o mecanismo cognitivo postulado por Searle 'discerne' alguma coisa a que vale a pena chamar significado metafórico. Finalmente, Searle pressupõe a existência de regras na base do entendimento linguístico, algo que a concepção davidsoniana de linguagem não permite.

1.3.3 Donald Davidson

Em *What Metaphors Mean* (1978) Davidson pretende descrever o que são as metáforas (e outros fenómenos de linguagem com elas relacionados, tais como os ditos de espírito e os jogos de palavras) admitindo que elas provocam *insights* e fazem ver semelhanças sem no entanto admitir que 'significados metafóricos' estão envolvidos no processo. Segundo Davidson, o facto de expressões metafóricas serem significativas não nos obriga de modo algum a admitir que existam 'significados metafóricos'. O que está em jogo nas metáforas são os próprios significados literais. De facto, segundo Davidson, as

⁴² SEARLE 1979: 107-108.

metáforas dependem do significado literal das expressões, por mais estranho que este possa parecer. Isto acontece porque as metáforas têm o efeito bruto, causal (que poderia ser o efeito de um comprimido ou de uma pancada na cabeça), de fazer ver semelhanças. Quando alguém 'lança' uma metáfora numa conversa faz algo de semelhante a uma expressão de desgosto ou prazer, ou a subitamente tirar uma foto do bolso e mostrá-la, ou a dar uma bofetada ou um beijo no interlocutor. Não há aí lógica alguma, ou pelo menos nenhum fenómeno especificamente linguístico a explicar: trata-se de causar ou provocar efeitos psicológicos. A diferença entre uma brilhante metáfora poética e uma justaposição inábil ou esteticamente insignificante de palavras reside nos efeitos provocados em alguém. Note-se que se Davidson está certo, não se pode nunca dizer que uma metáfora foi mal interpretada: ela faz o que faz, provoca o que provoca.

Davidson e Searle envolveram-se numa polémica acerca da natureza da metáfora e o núcleo do desentendimento entre os dois é precisamente a questão das regras e mecanismos cognitivos envolvidos nas metáforas: enquanto Searle, no artigo *Metaphor*, propõe explicitamente várias regras e princípios que guiam um ouvinte na busca daquilo que uma enunciação metafórica quer-dizer, Davidson pretende explicar os fenómenos metafóricos sem pressupor uma teoria da linguagem que conceba esta como uma questão de convenções baseadas em regras⁴³. De facto, Davidson recusa o apelo a regras em qualquer sentido para descrever as metáforas, quando declara que não há instruções para fazer ou compreender metáforas, não há manuais que digam o que as metáforas significam, não há 'fechamento definitivo' na compreensão de metáforas, não há 'testes' de metáforas que não façam apelo ao gosto⁴⁴. Mas a verdade é que os princípios ou regras de Searle, que têm aliás bastante em comum com os mecanismos sugeridos por Eco, não obrigam a considerar que há 'fechamento definitivo' das metáforas, ou exclusão do gosto no processo. Relativamente à questão da geração das metáforas por instruções ou regras que

⁴³ Basicamente, de acordo com Davidson, não apenas a linguagem não é um *medium* para a transmissão de significados como não existe uma coisa tal que seja *a* linguagem.

⁴⁴ DAVIDSON 1978.

estariam de alguma forma na posse do enunciador, o problema que se desenha, e aí a teoria de Eco atrás apresentada é talvez menos ‘voluntarista’ do que a de Searle, é um problema relativo à localização ou não localização do querer-dizer na subjectividade. Em concreto trata-se de saber quanto é que, na produção e decifração de metáforas, os processos ou regras têm que ser conscientes na mente das pessoas. E se não tiverem que ser conscientes, resta saber (de acordo com a teoria da natureza das regras desenvolvida pelo próprio Searle noutros lugares) se elas ainda justificam ser chamadas ‘regras’. Se a justificação desaparece, o caso de Davidson contra as regras ganha nova força.

2. Um horizonte mais amplo ou uma ambição maior para a teoria da metáfora.

2. 1 Paul Ricoeur

Até aqui falei de questões linguísticas e cognitivas e também de filosofia da linguagem. Outros filósofos têm no entanto abordado a questão da metáfora com um horizonte mais amplo, nomeadamente visando compreender o que é pensar, não no sentido cognitivo, mas no sentido, digamos, existencial, ou ontológico, e também visando compreender ou desmontar teorias acerca da natureza do pensamento. Por exemplo *A Metáfora Viva* (1975) de P. Ricoeur insere uma detalhada análise dos fenómenos metafóricos (ao nível das palavras, frases e discurso) na concepção hermenêutica de filosofia do autor e portanto, em geral, numa análise da existência humana como interpretação. Essa interpretação é, de acordo com Ricoeur, uma interpretação sem fim e feita por meio dos mais variados discursos (do ponto de vista prático isto significa que, face à chamada ‘via curta’ de Heidegger (a hermenêutica ontológica), Ricoeur defende uma via longa para a hermenêutica, i.e. defende que a ‘filosofia hermenêutica’ deve ser feita em contacto com disciplinas da interpretação tais como a psicanálise, a análise textual, a linguística, etc.) O estudo da metáfora feito por Ricoeur em *A Metáfora Viva* insere-se nessa tarefa hermenêutica geral e convoca abordagens teóricas que vão desde a retórica clássica, à semântica, à semiótica, à linguística estruturalista, à estética, à desconstrução derridiana, à hermenêutica heideggeriana, constituindo uma verdadeira enciclopédia dos estudos sobre a metáfora. O aspecto

mais original da proposta de Ricoeur é a inserção da análise da metáfora-discurso numa concepção filosófica da tarefa hermenêutica geral, a qual seria existencialmente fundamental no tipo de ser que somos. Ricoeur vê no discurso-metafórico aquilo a que chama a libertação de um poder de referência de segundo grau, que tem como condição a suspensão da referência literal. Em *A Metáfora Viva* Ricoeur preocupa-se assim especialmente em não afastar a questão da metáfora da questão, usualmente restrita a estudos lógicos e formais, da referência, de modo a não perder de vista o poder que a linguagem tem de se relacionar com uma realidade exterior.

De facto, aquilo que Ricoeur pretende antes de mais da metáfora é chegar a pensar a natureza da inovação no pensamento, a natureza da imaginação criadora (entendida como um ver-como, ver o semelhante no dissemelhante e não propriamente como função icónica). Esta seria capaz de redescrever a realidade do mundo, nomeadamente em termos éticos e estéticos, e sobretudo seria capaz de *capturar a realidade em acto, no seu 'ser e não ser'*. Ora, fugindo à primazia do 'dizer o verdadeiro de forma descritiva', a metáfora é o processo pelo qual o discurso liberta o poder que certas ficções comportam de redescrever a realidade. O problema central de Ricoeur é assim mostrar de que forma a criação de uma nova pertinência semântica se relaciona com a natureza da realidade e do pensamento. Num segundo passo Ricoeur pretende analisar o que pode isso dizer acerca da natureza do discurso filosófico e do discurso poético, e acerca das diferenças e semelhanças entre estes. Para Ricoeur, Aristóteles fez uma descoberta fundamental na *Poética*: ela localizou o núcleo do problema filosófico da metáfora quando, para além da análise estrutural do funcionamento das metáforas, chamou a atenção para a forma como a *poesis* (criação, fazer ser) da linguagem procede da relação entre *mythos* (transfiguração, redescrição) e *mimesis* (imitação da realidade). Essa intuição de Aristóteles é o *leitmotiv* d' *A Metáfora Viva*.

Terminando a sua análise em múltiplas pistas do fenómeno metafórico com uma explicitação dos pressupostos filosóficos dessa análise, e portanto com uma declaração daquilo que 'a filosofia de Ricoeur' vai buscar ao pensamento sobre a metáfora, Ricoeur defende aquilo a que chama uma *descontinuidade entre discurso filosófico especulativo e discurso poético*. Para isso tem que rebater certas pretensões de fusão entre ambos, discurso especulativo e discurso poético, que são à partida filosoficamente significativas ou

desafiadoras, por exemplo (i) a ideia segundo a qual certas doutrinas filosóficas seriam induzidas pelo funcionamento metafórico da linguagem (o exemplo analisado por Ricoeur é o da doutrina aristotélica da unidade analógica das significações múltiplas do ser), (ii) a ideia segundo a qual a conjunção entre filosofia e teologia cria condições para a indiferenciação dos discursos, (iii) a ideia segundo a qual existem pressupostos filosóficos na própria origem das distinções que permitem falar de fenómenos metafóricos (os exemplos são as filosofias heideggeriana⁴⁵ e derridiana).

Em suma, para Ricoeur a metáfora é a característica da linguagem que permite 'significar as coisas em acto', no seu vir a ser. Mas isso não significa que o discurso filosófico especulativo, que vise nomeadamente a compreensão da natureza de uma realidade com essas características (que vem a ser, que pode vir a ser), deva ser discurso poético.

2.2 Jacques Derrida

Embora a metáfora, ou melhor a indiferenciação entre o metafórico e o não-metafórico, possa ser considerada como um tema básico ou uma porta de entrada na filosofia de Derrida, na medida em que a produção textual do autor se tornou quantitativamente indomável, vou apenas referir aqui, brevemente, um texto intitulado *Mitologia Branca*, publicado em *Margens da Filosofia* (1972) e que tem em princípio como tema a metáfora no texto filosófico⁴⁶. Sendo este o tema inicial do texto, Derrida depressa constata que sendo a filosofia feita em língua natural, e estando a metáfora por toda a parte na língua natural, é difícil ou impossível isolar pontos metafóricos específicos na filosofia. O fenómeno deve ser muito mais abrangente, e deve dizer algo acerca da natureza do pensamento em geral. Considerando, embora Derrida possivelmente não formulasse assim a questão, que a filosofia investiga a natureza do pensamento, esta impregnação de metaforicidade põe questões sérias quanto à natureza do pensamento.

No entanto, e essa é a questão central de *Mitologia Branca*, a possível metaforicidade difusa e indomável do pensamento não é

⁴⁵ De acordo com a qual 'o metafórico só existe no interior da metafísica'.

⁴⁶ Noutras palavras, trata-se de saber se há metáforas nos textos filosóficos, os conceitos filosóficos serão metafóricos, no sentido em que noções abstractas escondem sempre 'figuras sensíveis'.

facilmente reconhecida pelo próprio pensamento, quando, voltado sobre si, procura conceber a sua natureza e a forma como captura a realidade. A metaforicidade, ou a ausência de uma distinção nítida entre metaforicidade e não metaforicidade, é pelo contrário *apagada* e as formas desse apagamento são o objecto de *Mitologia Branca*. O particular apagamento da divisão instituída, arbitrária, entre literal e metafórico, conceptual e sensível, discursos do intelecto e discursos da sensibilidade, no retrato feito pela filosofia acerca da natureza do pensamento seria mesmo, para Derrida, definidor da ‘metafísica’, no sentido crítico que a desconstrução lhe costuma dar. A metafísica seria então o particular apagamento do carácter instituído e de certa forma arbitrário das oposições que nos permitem pensar, uma mitologia que se ignora enquanto tal, uma mitologia branca. A expressão – cheia de sentidos – ‘mitologia branca’ nomeia assim entre outras coisas a forma como o ‘pensamento ocidental’ se concebe a si próprio, nomeadamente a forma como este toma oposições como originário e cópia, espírito e corpo, além das acima referidas, como simples e dadas, fundamentais e não instituídas. A mitologia branca ou imagem que o pensamento ocidental se forjou, historicamente, da natureza do pensamento é assim também, para além de ser ‘a mitologia dos brancos’, a ilusão da transparência dos materiais com que se pensa, nomeadamente a linguagem, uma ilusão acompanhada pelo esquecimento do carácter de domínio de qualquer instituição, com as consequências civilizacionais e políticas conhecidas.

Voltando à linguagem, pensar que a natureza desta comporta uma divisão natural entre o metafórico e o não-metafórico oferece a possibilidade de boa consciência na distinção entre o que é próprio e literal, abstracto ou intelectual, por oposição a figurado, imagético, concreto ou sensorial. Esta boa consciência passa da forma como se concebe a natureza da linguagem para a forma como se concebe a natureza do pensamento, e dos discursos intelectuais. Derrida põe em causa a possibilidade de estabelecer claramente uma tal divisão, ao mesmo tempo que analisa a forma como a crença na possibilidade de a estabelecer subjaz ao ‘pensamento ocidental’, por exemplo à distinção feita no seio deste entre aquilo que é claramente racional (científico, filosófico) e portanto valorizado e aquilo que é não racional, seja artístico, da imaginação, ou da vontade, das emoções, do inconsciente, etc, e portanto desvalorizado. O par metafórico-não metafórico, ou metáfora-conceito, é assim mais uma

das divisões hierarquizadoras que organizam a forma como um certo pensamento concebe a natureza do pensamento, uma divisão que o intuito 'marginal' do pensamento de Derrida pretende desconstruir.

Conclusão

Este artigo não pretendeu desenvolver problemáticas mas precisamente fornecer os materiais para que esse desenvolvimento comece. Esse materiais foram teorias da natureza da metáfora. Apresentando-as verifica-se que percursos intelectuais muito variados, desde análises de funcionamentos linguísticos até concepções da natureza do pensamento e do humano enquanto ser de interpretação, têm sido propostos como teor da teoria da metáfora. Esta está assim longe de ser um problema superficial, uma mera 'questão de linguagem' ou, melhor, de retórica, instrumentalmente considerada como forma de sofisticar ou embelezar um conteúdo conceptual já definido e sem problemas vertido em linguagem. Pelo contrário na concepção que se faz de metáfora está em causa o que se entende por linguagem, por pensamento e o que se pensa acerca da natureza do humano, enquanto ser de linguagem e pensamento.

Sofia Miguens

Bibliografia

- ARISTÓTELES, 1992, *Poética*, Lisboa, INCM.
- ARISTÓTELES, 1991, *Rbétorique*, Paris, Le Livre de Poche.
- ARISTÓTELES, 2001, *Da Alma*, Lisboa, Edições 70.
- ARISTÓTELES, 1985, *Organon – II, Periermeneias (Da Interpretação)*, Lisboa, Guimarães Editores.
- ARISTÓTELES, 1985, *Organon- I Categorias*, Lisboa, Guimarães Editores.
- DAVIDSON, Donald, 1984, What Metaphors Mean, in *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford, Oxford University Press.
- DERRIDA, J., 1986 (1ª ed), Mitologia Branca, em *Margens da Filosofia*, Porto, Rés.
- ECO, Umberto, 2001, Metáfora e Semiose, em *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, Lisboa, Instituto Piaget.
- JAKOBSON, Roman, 1956, Two Aspects of Language and Two Types of Aphaic

Disturbances, in Jakobson, R. & Halle, M., *Fundamentals of Language*, Mouton, The Hague.

LACAN, Jacques, 1966 (1957), L'instance de la lettre dans l'inconscient, in *Écrits* I, Paris, Seuil.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark, 1980, *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press.

NIETZSCHE, Friedrich, 1969, *Le Livre du Pilosophe*, Paris, Aubier-Flammarion.

RICOEUR, Paul, 1983 (1^a ed), *A Metáfora Viva*, Porto, Rés.

SEARLE, J. Metaphor, in *Expression and Meaning*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.